

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / ECA
DOS CRIMES EM ESPÉCIE (ART. 228 A 244-B)**

1. A venda de fotos ou vídeos que contenham cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, configura:

- a) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) contravenção penal prevista na Lei de Contravenções Penais.
- c) infração administrativa ambiental.
- d) ato administrativo complexo
- e) fato atípico.

2. Sob a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, acarretará pena de:

- a) Reclusão de um ano a três anos.
- b) Detenção de seis meses a dois anos.
- c) Detenção de um mês a seis meses.
- d) Reclusão de dois anos a quatro anos.

3. Do ponto de vista do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 232, ao autor de maus-tratos impingidos a criança ou adolescente reserva-se a penalidade de

- a) detenção de seis meses a dois anos.
- b) detenção de um a seis anos.
- c) reclusão de um a quatro anos.
- d) reclusão de quatro a doze anos.
- e) detenção de um mês a um ano.

4. Segundo o art. 244-B, marque a alternativa incorreta

- a) Corromper menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la é crime formal.
- b) Facilitar a corrupção de adolescente, com ele praticando infração penal, é crime, independentemente de haver registros infracionais em desfavor deste.
- c) Aumenta-se a pena se a infração induzida for prevista na Lei n. 8.072/1990.
- d) Pode ser praticado por meio de sala de bate-papo na Internet, mas, apenas por isso, não há aumento de pena.
- e) Se corromper dois adolescentes, haverá um único crime de corrupção de menores, tendo em vista o bem jurídico tutelado.

5. Assinale a alternativa correta entre as seguintes assertivas relacionadas aos crimes à criança e ao adolescente:

- a) A conduta de produzir e a de filmar cena de sexo explícito envolvendo adolescente resulta em concurso material entre as condutas.
- b) Há automática consunção quando ocorrem armazenamento e compartilhamento de material pornográfico infanto juvenil.
- c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- d) A prática de crimes em concurso com dois adolescentes resulta na condenação de apenas um crime de corrupção de menores.

6. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional é uma conduta penalizada com:

- a) detenção.
- b) reclusão.
- c) perda do registro profissional.
- d) multa.
- e) reclusão e multa.

7. De acordo com a melhor doutrina, tudo sobre a Lei n. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui conduta criminosa punível com a pena de detenção.
- b) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente constitui uma conduta criminosa prevista no ECA.
- c) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada implicará ao autor da ação criminosa, se comprovada materialidade e autoria, a pena de reclusão.
- d) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei constitui uma infração administrativa prevista no ECA.

8. Nos termos da Lei n. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.
- b) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a Recurso em Sentido Estrito, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo.
- c) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará facultativamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.
- d) A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, por edital ou por oficial de justiça, respeitado o segredo de justiça.
- e) Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

9. Assinale a alternativa que corretamente contempla um crime previsto na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

- a) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
- b) Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres.
- c) Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem.
- d) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

10. Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa que contempla um crime que possui modalidade culposa.

- a) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- b) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- c) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- d) Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- e) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.

11. Segundo a Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), constitui crime adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente. Entretanto, de acordo com a referida lei, a posse ou o armazenamento dessas fotografias, de vídeos ou outras formas de registro não constituirá crime quando esses materiais

- a) forem destinados apenas para utilização pessoal.
- b) tiverem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência de determinadas condutas criminosas, quando a comunicação for feita por agente público no exercício de suas funções.
- c) forem armazenados, por qualquer cidadão, para denunciar outras condutas criminosas.
- d) não forem armazenados para fins libidinosos.
- e) não forem armazenados para fins comerciais.

LEI Nº 11.340/2006 - LEI MARIA DA PENHA

1. Maria é médica e é casada com Diego, que é engenheiro. Ambos são servidores concursados da Prefeitura de Agudo. O casal tem dois filhos: João, de 18 anos, e Alice, de 13 anos. Certo dia, João chegou em casa alcoolizado, pois havia passado a noite ingerindo bebida alcoólica com os amigos em uma festa. No momento, Maria estava sozinha em casa, pois Diego já havia saído para trabalhar e Alice estava na escola. Vendo o estado em que se encontrava João, Maria pediu que ele tomasse um banho frio e um café, para que pudessem conversar sobre o ocorrido. João, que estava visivelmente alterado, começou a gritar com a mãe e agredi-la com socos, tapas e chutes, empreendendo fuga da residência na sequência.

Após as agressões, Maria conseguiu ligar para seu marido, tendo sido socorrida e levada ao hospital para atendimento. Com base nos fatos narrados, assinale a alternativa correta, conforme as disposições da Lei Maria da Penha.

- a) A situação narrada não configura violência doméstica, pois a relação de João e Maria é de mãe e filho.
- b) Não será aplicada a Lei Maria da Penha, pois João é adolescente, o que atrai a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) Como não se verifica situação de vulnerabilidade entre vítima e agressor, já que Maria é médica, tem trabalho estável e residência fixa, afasta-se a aplicação das disposições da Lei Maria da Penha.
- d) No caso em tela, serão aplicadas as disposições da Lei Maria da Penha, uma vez que configura violência contra a mulher em contexto doméstico e familiar.
- e) Embora seja existente o vínculo familiar entre Maria e João, o que em um primeiro momento atrai a aplicação da Lei Maria da Penha, no caso em tela não se pode falar em aplicação da referida lei, ao passo que Maria é mãe de João e, estando em uma posição hierárquica superior em relação ao filho, afasta o requisito da situação de vulnerabilidade da vítima.

2. Assinale a alternativa correta no que concerne a respeito da Lei Maria da Penha.

- a) As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas somente a requerimento da ofendida.
- b) As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.
- c) As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade judicial ou da apresentação de suas alegações escritas, e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.
- d) A ofendida poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.
- e) Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, dispensada a oitiva do Ministério Público.

3. Nos termos da Lei Maria da Penha, é correto afirmar que é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar

- a) receber atendimento policial e pericial especializado.
- b) ser inquirida constantemente sobre o mesmo fato.
- c) ter seu depoimento registrado em notas taquigráficas.
- d) ter contato direto com investigados e suspeitos e pessoas a eles relacionadas.
- e) receber acesso a transporte, alimentação e hospedagem, quando houver risco de vida.

4. Considerando as formas de violência especificadas pela Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- a) Condutas que configuram calúnia, injúria ou difamação podem caracterizar violência psicológica.
- b) A retenção da certidão de casamento e do RG da vítima por parte do agressor pode caracterizar violência psicológica.
- c) Condutas de vigilância constante e controle de mensagens em aplicativos e redes sociais podem caracterizar violência moral.
- d) A ação do agressor no sentido de impedir a vítima de usar medicamento contraceptivo pode configurar violência moral.
- e) A ação do agressor no sentido de impedir a vítima de usar medicamento contraceptivo pode configurar violência sexual.

5. De acordo com a Lei Maria da Penha, as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do(a):

- a) Ministério da Justiça
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Câmara de Vereadores.
- d) Defensoria Pública.
- e) Assembleia Legislativa.

6. Sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), analise os itens a seguir:

I. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

II. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

III. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Pode-se afirmar que:

- a) todos os itens estão corretos.
- b) apenas o item I está correto.
- c) apenas os itens I e II estão corretos.
- d) apenas os itens II e III estão corretos.

7. Angélica registrou boletim de ocorrência contra seu esposo, Epamilondas, pelo delito de ameaça. Alguns dias depois, Angélica reata seu relacionamento com Epamilondas e reflete sobre a possibilidade de desistir da representação. Nos termos da Lei n. 11.340/2006, Angélica:

- a) poderá se retratar perante o juiz, em audiência especial, até o oferecimento da denúncia.
- b) não poderá desistir, pois trata-se de hipótese de ação penal pública incondicionada.
- c) poderá se retratar perante o juiz, em audiência especial, até o recebimento da denúncia.
- d) poderá se retratar perante o juiz ou a autoridade policial até o recebimento da denúncia.
- e) poderá se retratar perante a autoridade policial até o encerramento do inquérito policial.

8. Com relação à Lei n. 11.340/2006, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do boletim de ocorrência, a autoridade policial deverá encaminhar, imediatamente, a ofendida ao competente órgão de assistência judiciária.
- b) O juiz deve assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses, à mulher que, por estar em situação de violência doméstica, necessite se afastar de seu local de trabalho.
- c) A lei não enquadra como violência sexual a conduta de marido que mantém com sua esposa relações sexuais sem o consentimento dela, haja vista o vínculo matrimonial.
- d) Cabe ao delegado de polícia que instaurar inquérito para apuração de violência doméstica contra mulher determinar a inclusão da vítima nos cadastros de programas assistenciais do governo.
- e) Os processos cíveis decorrentes da aplicação da referida lei serão ajuizados necessariamente no domicílio da ofendida.

9. Considerando o disposto na Lei n. 11.340/2006 e os respectivos entendimentos jurisprudenciais, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas protetivas de urgência somente serão concedidas após audiência das partes e manifestação do Ministério Público.

b) A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

c) Não é possível a concessão de medida protetiva de urgência que consista na prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

d) A configuração do crime de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência somente poderá ocorrer caso as medidas descumpridas tenham sido decretadas por juízo criminal.

e) Na hipótese de prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, a fiança poderá ser concedida pela autoridade policial ou judicial.

10. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha, caracteriza-se como violência física contra a mulher qualquer conduta que:

- a) Cause dano emocional e diminuição da autoestima.
- b) Ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- c) Configure subtração de recursos econômicos.
- d) Constranja a presenciar relação sexual não desejada.

11. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei “Maria da Penha”, cria mecanismos para

- a) coibir e prevenir a violência em qualquer âmbito contra a mulher.
- b) prevenir a violência contra o homem.
- c) prevenir e coibir a violência contra criança e adolescente.
- d) coibir a violência contra a pessoa com deficiência.
- e) coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.